



TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA E EDUCAÇÃO DO CAMPO NOS ASSENTAMENTOS RURAIS IRENO ALVES DOS SANTOS E MARCOS FREIRE EM RIO BONITO DO IGUAÇU-PR*

TERRITORIALIZACIÓN CAMPONESA Y EDUCACIÓN DEL CAMPO EN LOS ASENTAMIENTOS RURALES IRENO ALVES DE LOS SANTOS Y MARCOS FREIRE EN RIO BONITO DEL IGUAÇU-PR

Jéssica Aparecida de Ávila Follmann**
Djoni Roos***

RESUMO

A Educação do Campo, enquanto reivindicação camponesa surge em torno dos movimentos sociais, principalmente do MST, a partir de meados da década de 1990. Firmada nas discussões realizadas durante o 1º Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária (ENERA), tem, como eixo norteador, a reivindicação de uma educação voltada para os camponeses, negando as concepções de educação ruralista ofertada a estes sujeitos, durante décadas no país. Igualmente as reivindicações em torno da Educação do Campo, muitas são suas manifestações de cunho cultural, social, simbólicas, envoltas sobre a territorialização das lutas, engendradas nos movimentos sociais, especialmente junto ao Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Palavras-chave: Educação do Campo; movimentos sociais; assentamentos rurais.

RESUMEN

La educación del campo, como reivindicación campesina surge en torno a los movimientos sociales, principalmente del MST, a partir de mediados de la década de 1990. Firmada en las discusiones realizadas durante el 1º Encuentro Nacional de Educadores de la Reforma Agraria (ENERA), tiene, como eje, la reivindicación de una educación dirigida a los campesinos, negando las concepciones de educación ruralista ofrecida a estos sujetos, durante décadas en el país. En el caso de la educación del campo, muchas son sus manifestaciones de carácter cultural, social, simbólico, envueltas sobre la territorialización de las luchas, engendradas en los movimientos sociales, especialmente junto al Movimiento de los trabajadores Rurales Sin Tierra (MST).

Palabras-clave: Educación del Campo; movimientos sociales; asentamientos.

* O presente trabalho constitui-se no recorte de algumas discussões presentes no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), intitulado “A Educação do Campo nos assentamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire: desafios e contradições”.

** Mestranda em Geografia, área de concentração: Espaço de fronteira: território e ambiente, pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, campus de Marechal Cândido Rondon. Rua Carlos Barbosa, 2789, Jardim Tocantins, Toledo/PR. E-mail: jessyca_deavila@hotmail.com.

*** Professor dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon. Coordenador do Laboratório de Geografia das Lutas no Campo e na Cidade (GEOLUTAS). Rua Pernambuco, 1777, Centro, Marechal Cândido Rondon, Paraná. e-mail: djoni_roos@yahoo.com.br



1. INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda alguns debates relacionados a Educação do Campo e a territorialização da luta camponesa. Partindo do entendimento de territorialidade e territorialização apresentados por Fernandes (1994).

A Educação do Campo, enquanto reivindicação dos camponeses e trabalhadores do campo, surge no início da década de 1990. Pautada principalmente nas reivindicações de uma educação igualitária, universal, alternativa perante o modelo de educação tido como comum, e que, tivesse em suas bases uma formação humana e social voltada para estes sujeitos. Portanto, parte-se, da necessidade de uma formação humana completa, que abrangesse todos os níveis sociais, visando a formação crítica, política e cultural em plenitude.

Apesar das muitas práticas desenvolvidas em acampamentos e assentamentos conquistados sobre a égide da luta em conjunto com o MST, somente a partir do I Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária (ENERA), ocorrido em 1997, constitui-se uma “base” para o desenvolvimento da Educação do Campo, e para a discussão da mesma a nível nacional.

Sendo assim, correlacionar toda a carga histórica de luta, em torno da Educação do Campo, com a territorialização das reivindicações camponesas, torna-se essencial para a compreensão dos processos ocorridos em torno de ambas.

O trabalho fora desenvolvido em três etapas distintas. Sendo, a primeira etapa composta pelo levantamento bibliográfico, a segunda etapa correspondente ao planejamento e execução de trabalhos de campo e a última caracterizada pela correlação realizada entre trabalhos de campo e levantamentos bibliográficos. Os trabalhos de campo foram compostos por entrevistas semiestruturadas a camponeses e professores, nos assentamentos que compuseram o estudo.

2. A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A CONQUISTA DOS ASSENTAMENTOS IRENO ALVES DOS SANTOS E MARCOS FREIRE

A Educação do Campo surge como contestação do modelo educacional ofertado para os camponeses e trabalhadores do campo. Sobre a égide de reivindicações do MST e de outros movimentos presentes no campo brasileiro, surge como “como crítica à realidade da educação brasileira, particularmente à situação educacional do povo brasileiro que trabalha e vive no/do campo” (CALDART, 2009, p. 39). Deveras que, “a Educação do Campo não fica apenas na denúncia do silenciamento; ela destaca o que há de mais perverso nesse esquecimento: o direito à educação que vem sendo negado à população trabalhadora do campo” (ARROYO, et.al., 2004, p. 9). Este silenciamento é correlacionado ao modelo de educação tido como comum nas chamadas escolas rurais, que está presente no campo brasileiro, e que não representa em sua prática, toda diversidade presente nas comunidades camponesas, por exemplo. Neste contexto, Camacho (2013, p. 326) afirma que, “essa escola estava no campo, mas era uma escola ligada a tradição ruralista da dominação, preparou o



camponês para a subordinação ao capital de uma forma domesticadora e alienante”, não sendo, de forma alguma, uma escola voltada para a realidade camponesa.

Esta visão de tradição ruralista e domesticadora como destaca Camacho (2013), está correlacionada com “a visão que prevaleceu na sociedade, [...] que considera o campo como lugar atrasado, do inferior, do arcaico” (ARROYO, et.al., 2004, p. 11), caracterizando a desvalorização tanto do espaço campo, quanto dos sujeitos inseridos neste, e, conseqüentemente, do território camponês.

Os camponeses organizados nos movimentos sociais, principalmente o MST, passaram a contestar tais perspectivas para com a educação que lhes fora imposta durante décadas no Brasil, pensar e colocar em prática um modelo educacional no qual se vincula a realidade campesina tornou-se, na década de 1990, uma realidade em discussão. Fora a partir do I Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária que muitos desafios com relação a efetivação da Educação do Campo passaram a ser pensados em conjunto. Para Casagrande (2008, p. 773) “a principal conclusão a que chegou o evento foi a necessidade de articular os trabalhos que vinham sendo desenvolvidos, além de ampliar os mesmos, já que os movimentos sociais do campo vinham apresentando uma demanda cada vez maior no que diz respeito à educação no campo”. É a atuação dos movimentos sociais que proporcionaram a reivindicação e conquista (ao menos no que tange o campo teórico) da Educação do Campo, “uma educação construída juntamente com estes sujeitos, que seja uma educação dos sujeitos do campo, e não somente para os sujeitos do campo” (CAMACHO, 2013, p. 319). Que não seja uma educação pensada verticalmente, dos órgãos governamentais para os sujeitos do campo, especialmente os camponeses, mas que esses sejam os atores principais das discussões para com a educação.

Em suma a Educação do Campo

“(...) é um fenômeno da sociedade brasileira atual, que nasceu, no final da década de 1990, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações. Tem como objetivo específico, desde o seu surgimento, a luta por uma política educacional que atenda aos interesses sociais dos trabalhadores do campo, em especial, os camponeses, superando a histórica desigualdade de acesso à educação.” (CALDART, 2016, p.90).

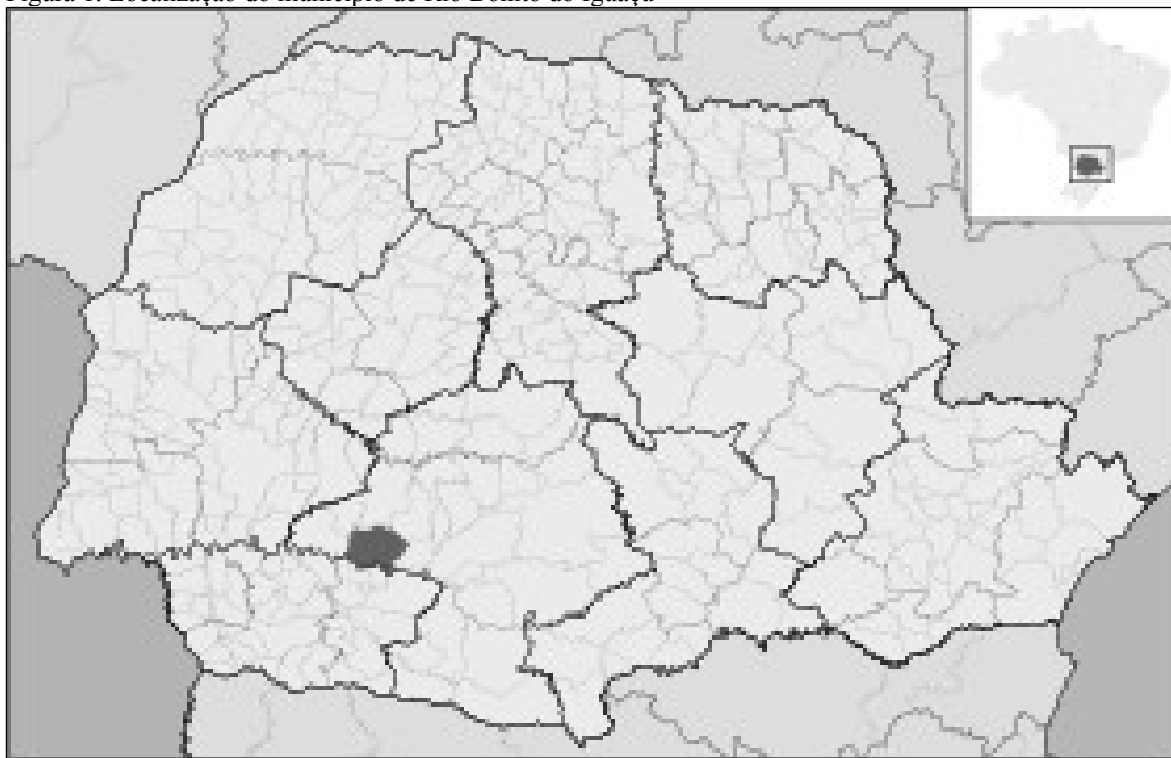
Apesar de vinculada com os mais diversos movimentos sociais e suas representatividades, principalmente com a lógica de acampamentos e assentamentos sobre a organicidade do MST, a Educação do Campo não se desvincula da estrutura escolar atual. Não se desvincilha dos meios ofertados por órgãos oficiais para se fazer presente nas comunidades, e para ser reconhecida como educação. “A Educação do campo tem se centrado na escola e luta para que a concepção de educação que oriente suas práticas se descentre da escola, não fique refém de sua lógica constitutiva, exatamente para poder ir bem além dela enquanto projeto educativo” (CALDART, 2009, p. 38). Estar relacionada à escola, enquanto órgão, também se constitui como tentativa de superação de alguns preceitos presentes nestes espaços.



A Educação do Campo, no município de Rio Bonito do Iguaçu/PR, possui suas primeiras discussões e práticas correlacionadas com o surgimento do acampamento “Buraco” apontado por muitos autores (HAMMEL, 2007; CARVALHO, 2011) como o maior acampamento do Brasil. Neste reuniram-se aproximadamente 12 mil pessoas, ou 3 mil famílias, com o objetivo comum de conquistarem o direito ao acesso e permanência na terra (HAMMEL, *et. al.* 2007).

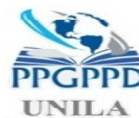
O município de Rio Bonito do Iguaçu, está localizado na mesorregião Centro-Sul paranaense (conforme figura 1), apresentando uma população aproximada de 13.545 habitantes.

Figura 1. Localização do município de Rio Bonito do Iguaçu



Fonte: MFRURAL. 2017.

O acampamento “Buraco” fora, na realidade, a resposta dada a um dos maiores latifúndios do sul do Brasil, a Giacomet Marodin S/A, pelos inúmeros casos de violência presentes no histórico de existência deste. De acordo com Carvalho (2011), muitas foram as tentativas de ocupação da então Fazenda Pinhal Ralo, sob o domínio do latifúndio Giacomet-Marodin S/A, principalmente durante a década de 1980, no entanto, todas as tentativas anteriores ao acampamento “Buraco” (1996) foram falhas. Devido, principalmente, a



violência exercida pela chamada “guarda” do latifúndio, mas cujas ações se assemelhavam a práticas de “jagunços”. O que refletiu também na constante apreensão das famílias acampadas no período anterior a conquista dos assentamentos, na realidade, “na chegada na BR 158 para acampar, existia bastante medo e receios entre as famílias, pois viam a Fazenda Giacometi-Marodin com difícil acesso, garnida por um forte número de jagunços todos bem armados” (CARVALHO, 2011, p. 37).

O acampamento “Buraco” não fora o único espaço de luta no processo de conquista dos assentamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire, no município de Rio Bonito do Iguaçu/PR. O acampamento Buraco perdurou até as condições insalubres – devido a grande aglomeração de pessoas, a necessidade de plantar alimentos e falta de saneamento, [...] – obrigarem o deslocamento das famílias para a sede da então “fazenda”.

Na localidade conhecida atualmente como Sede, antiga sede da Fazenda Pinhal Ralo, ergueu-se o seguimento do acampamento “Buraco”, possibilitando o cultivo de cereais e tubérculos para a alimentação das famílias acampadas e dos animais que começavam a serem criados no entorno do acampamento.

O que apresentava-se como espaço de esperança, para com o acesso à terra, tornou-se um espaço de luto. O histórico de conquista dos assentamentos perpassa, não somente, a luta dos camponeses sem-terra acampados, mas também o luto pelo qual os mesmos enfrentaram após a morte de dois de seus companheiros. Em janeiro do ano de 1997, José Alves dos Santos (34 anos) e Vanderlei das Neves (17 anos) foram assassinados pela “guarda” da então Giacomet-Marodin (hoje Araupel S/A¹), enquanto trabalhavam na lavoura comunitária do acampamento “Sede”.

Relaciona-se o surgimento dos assentamentos com o luto dos camponeses, porque somente após o assassinato de José e Vanderlei, que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), decretou a desapropriação parcial do imóvel Pinhal Ralo – destaca-se aqui que o mesmo já havia sido avaliado como pertencente às terras da união – para a criação do assentamento Ireno Alves dos Santos ainda em 1997, e em 1998, para a criação do assentamento Marcos Freire.

Atrelada a conjuntura de lutas para a conquista dos assentamentos, destaca-se que, apesar de insipiente, desde os primeiros passos do acampamento “Buraco”, com o improvisado de salas de aula e até mesmo professores, até o acampamento “Sede”, com igual realidade, os primeiros debates sobre Educação do Campo já se faziam presentes. Nas práticas cotidianas também se era possível notar, mesmo que involuntariamente, que a realidade camponesa prevalecia sobre a égide de uma Educação igualitária e que valorizasse aqueles sujeitos. O que fica exposto na fala de um camponês que se fez presente no processo de conquista dos assentamentos,

1

Hoje a “empresa” é conhecida como Araupel S/A, não utiliza mais a denominação Giacomet-Marodin. Tal mudança ocorreu no ano de 1997, e um dos motivos foi o assassinato dos camponeses José Alves dos Santos e Vanderlei das Neves, por “funcionários” da então Giacomet-Marodin.



“No acampamento mesmo a gente foi achando “as pessoa” que entendia mais de educação e alguns professores “tamem” que dava apoio. Foi dando a aula, assim, baseado na realidade que a gente tinha na época. Acompanhando e consorciando junto a situação da educação, “vamo dize”, normal. Mas, baseado mais pra que seu aluno, quando iniciava “as aula”, naquele processo, que ele entendesse por que que ele “tava” ali acampado, precisaria um pedaço de terra, pedaço de chão.” (M.S. Arapongas, Assentamento Ireneo Alves dos Santos, julho de 2016²).

Desta maneira, a convivência, as experiências vividas em função do acampamento desenhavam-se como práticas diferenciadas, visando valorizar o conhecimento científico acumulado, mas de igual maneira, o conhecimento cotidiano, a vivência em coletivo, e principalmente compreender a realidade que estava posta aqueles sujeitos naquele momento. O que demonstra a profunda relação da Educação do Campo com a organização dos camponeses nos movimentos sociais, no caso específico analisado, dos assentados em Rio Bonito do Iguaçu, com o MST.

Para fins exemplares, a figura 2, representa a espacialização da luta no município de Rio Bonito do Iguaçu/PR, quando camponeses sem-terra ocupam o latifúndio Giacomet-Marodin que abrangia cerca de 87 mil hectares de terras contínuas (figura 3):

Figura 2. Camponeses rompendo a cerca da fazenda Pinhal Ralo, saindo do acampamento “Buraco” em direção a “Sede”



Fonte: SALGADO, S. *apud* SHULS, G., 2014.

2

Optou-se por não expor o nome dos entrevistados durante a pesquisa por uma questão de ética acadêmica e, da mesma maneira, não expor os entrevistados a possíveis críticas.



Figura 3: Abrangência do latifúndio da Giacomet-Marodin



Fonte: Boletim FAEP *apud* ROOS, 2015, p. 161.

3. A TERRITORIALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO COMO CONQUISTA CAMPONESA NOS ASSENTAMENTOS IRENO ALVES DOS SANTOS E MARCOS FREIRE

Quando fala-se em luta camponesa, vinculada ao MST, necessita-se primeiramente compreender o que a prática de resistência através de manifestações e ocupações (acampamentos) representam para a sociedade como um todo. E, da mesma forma, como estas influenciam o local no qual estão inseridos.

Portanto, têm-se dois processos, de certa maneira, distintos ao mesmo tempo em que não se desvinculam um do outro. São eles: a espacialização da luta dos camponeses sem-terra, e a territorialização da conquista desses sujeitos. “O MST, esse sujeito coletivo, se espacializa pela sua práxis, através da (re)produção das suas experiências de luta. Este processo é desenvolvido pelo trabalho, pela ação criativa, reconstruindo o espaço de socialização política” (FERNANDES, 1994, p. 120). Esta espacialização não se resume apenas as práticas coletivas de manifestações, mas também aos resultados destas, e não somente, a conquista dos espaços que é resultado da luta conjunta desses sujeitos. Visto que **“É na espacialização da luta pela terra que os trabalhadores organizados no MST conquistam a fração do território”** (FERNANDES, 1994, p. 120, grifos do autor).

É a partir da conquista do território que se tem a territorialização do Movimento. Assim, “A territorialização da luta pela terra é aqui compreendida como o processo de conquistas de frações do território pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e por outros movimentos sociais” (FERNANDES, 1994, p. 182). Somente pela espacialização da luta pela terra, que se alcança a territorialização do Movimento, ou seja, a conquista do território camponês.



Espacializar e territorializar, partindo da reflexão anterior, também estão relacionadas com o processo de luta e conquista da Educação do Campo. Primeiramente por que, a luta pelo acesso e permanência na terra está vinculada a luta por educação. Ambas são lutas dos camponeses e trabalhadores do campo, em torno dos movimentos sociais. Segundo, pois, a territorialização da Educação do Campo se dá com a conquista de escolas, reivindicadas pelos camponeses. Tendo em vista que, na conjuntura atual, a Educação do Campo está vinculada com a escola, enquanto estrutura física e meios legais.

A Educação do Campo, em Rio Bonito do Iguaçu/PR, como já exposto, surge a partir das reivindicações em torno do MST e tem sua espacialização nas reivindicações dos camponeses e estudantes.

Partindo do reconhecimento histórico de dois colégios importantes nos assentamentos, Colégio Estadual do Campo Ireno Alves dos Santos, localizado na comunidade Araongas, no assentamento Ireno Alves dos Santos e o Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak, localizado na comunidade de Centro Novo, assentamento Marcos Freire, têm-se duas realidades de luta distintas, no entanto, ambas sinalizam a conquista da educação nos assentamentos.

O primeiro colégio fora fundado em 1998, iniciando suas atividades no ano seguinte. Neste o processo de conquista, de territorialização, ocorrera de forma distinta de outros, como no caso do segundo colégio acima citado. Pois, “No caso desta escola, o espaço foi determinado pelo INCRA, e a própria comunidade decidiu o local da construção do Colégio que recebeu o nome de Colégio Estadual Ireno Alves dos Santos, o qual foi fundado no ano de 1999” (COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO IRENO ALVES DOS SANTOS, 2012, p. 09). Mesmo tendo o espaço de construção determinado de maneira muito breve pelo INCRA, o colégio não deixa de se caracterizar como conquista dos camponeses inseridos na comunidade. Visto que, foram estes sujeitos que ousaram lutar por educação, mesmo que atualmente existam dicotomias presentes em torno da Educação do Campo neste espaço educacional e em outros nos assentamentos.

Nesta perspectiva de reivindicações e conquistas, tem-se a realidade do Colégio Estadual Iraci Salete Strozak. Este, por sua vez, é uma conquista direta dos camponeses organizados em comunidade e em conjunto com o MST. Este fora reivindicado após a conquista do assentamento Marcos Freire, e pela necessidade de escolarização de crianças e jovens presentes no mesmo. Todavia, o desejo dos camponeses, era a criação de um colégio nas instalações da antiga vila dos funcionários da usina hidrelétrica de Salto Santiago (Vila Velha), onde alguns espaços foram reaproveitados para algumas poucas salas de aula. Mesmo tendo uma demanda excedente de alunos, o reconhecimento legal por parte do governo estadual da época e da secretaria de educação, só ocorreu após a construção, de novas salas de aula. O que demonstra o descaso do Estado perante a educação de populações campesinas.

O colégio, posteriormente fora conquistado, no entanto, não no espaço que os camponeses almejavam, mas, na sua localidade atual, comunidade de Centro Novo, determinação do local de construção e funcionamento do colégio, fora articulada entre os governos estaduais, municipais, e INCRA, para inviabilizar a utilização da antiga vila.



(MONTEIRO *apud* HAMMEL, *et. al.* 2007). Entretanto, tal fato só se deu após a pressão exercida por parte dos camponeses e do Movimento. Como se destaca na fala de um camponês que se fez presente durante o processo de conquista da terra e do colégio.

“Eu 'memo' por “causo” dessas escolas nossas aqui, do Centro Novo. Eu fui... Tive uma reunião 'co' secretário da educação em Curitiba, e o INCRA, e 'da' que veio a liberação dessa escola do Estado, né. [...] 'Nóis' era em quatro que 'tava' em Curitiba.” (J. B., Comunidade Centro Novo, Assentamento Marcos Freire, março de 2016).

Portanto, tanto a conquista da terra quanto a conquista dos colégios, e da construção da Educação do Campo nos referidos assentamentos, constituem-se como a territorialização das conquistas camponesas em conjunto com o MST, da mesma forma que redesenham sua espacialização.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, desta forma, que a conquista tanto dos assentamentos quanto da Educação do Campo, no município de Rio Bonito do Iguaçu/PR, só se deu a partir da organização de camponeses em torno do MST. Assim, as reivindicações que se fizeram na década de 1990, em Rio Bonito do Iguaçu, também são retratos da desigualdade presente no campo brasileiro. No entanto, demonstram também que, a organização coletiva em torno de movimentos sociais, é uma das maneiras encontradas para conquistarem seus direitos. Aqui não se destaca apenas o direito de acesso e permanência na terra, mas também o direito de acesso à educação.

Educação esta, que assim como o direito a terra, fora negada aos camponeses e trabalhadores do campo. Em muitos casos, a educação, ofertada a população camponesa caracteriza-se como doutrinadora e excludente, tendo como modelo ideal a urbanização. Esta subordinação imposta aos camponeses e trabalhadores do campo, abriu precedentes para que a luta por educação fosse incorporada na luta pela terra.

A partir do momento em que os Movimentos passaram a lutar também, por educação, reivindicam um projeto de educação diferenciado. Construído no coletivo, interligando comunidade e educação.

Referências

- ARROYO, M. G. et al. **Por uma Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.
- CALDART, R. S. Educação do Campo: notas para uma análise de percurso. **Trabalho**,



Educação e Saúde, v.7, n. 1, p. 35–64, 2009

_____. Pensando a Educação dos Camponeses. In: WIZNIEWSKY, Carmen R. F.; MOURAD, Leonice A. de F. A. (Org.). **Educação, memória e resistência popular na América Latina**. Porto Alegre: Evangraf, 2016, p. 88-110.

CAMACHO, R. S. **Paradigmas em disputa na educação do campo**, 2013. 809 p. Tese (doutorado em Geografia) Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”- UNESP.

CARVALHO, L. **Processos organizativos nos assentamentos de reforma agrária Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire em Rio Bonito do Iguaçu – PR**, 2011. 77p. Monografia (graduação em Geografia) Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”- UNESP

CASAGRANDE, N. A questão agrária e a formação do educador do campo no século XXI: as contribuições da Pedagogia da Terra. **Diálogo Educacional**, v.8, n.25, p. 765–785, 2008.

COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO IRENO ALVES DOS SANTOS. **Projeto Político Pedagógico**. 2012, 303p.

FERNANDES, B. M. **Espacialização e Territorialização da luta pela terra: a formação do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no estado de São Paulo**, 1994, 208 p. Dissertação (mestrado) Departamento de Geografia da F. F. L. C. H. da Universidade de São Paulo.

FOLLMANN, J. A. A. **A Educação do Campo nos assentamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire: desafios e contradições**. 2017. 68 p. Monografia (graduação em Geografia). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Marechal Cândido Rondon.

MFRURAL. **Rio Bonito do Iguaçu...** Disponível em: <<http://www.mfrural.com.br/cidade/rio-bonito-do-iguacu-pr.aspx>> Acesso em: 28 de mar. de 2017.

ROOS, Djoni. **Contradições na construção dos territórios camponeses no Centro-Sul paranaense: territorialidades do agronegócio, subordinação e resistências**. Presidente Prudente, 2015. 392 p. Tese (doutorado em Geografia) Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”- Faculdade de Ciências e Tecnologia

SHULS, G. **Armazém das ideias**. Disponível em: <<http://www.oarmazemdasideias.wordpress.com/2014/11/25/sebastiao-salgado/>> Acesso em: 1º de ago. de 2016.